

Congresso

COLUNA DO CASTELLO • MARCELO PONTES

Um supermercado de ofertas

A anistia do senador Humberto Lucena é uma vitória do corporativismo do Congresso e da chantagem política. Tanto quanto o fato de a pena de cassação do mandato de Lucena ser considerada desproporcional ao crime eleitoral de imprimir calendários na gráfica do Senado, pesou a favor dele o interesse de muitos outros que cometeram o mesmo erro e temem processos semelhantes na Justiça Eleitoral.

Os grandes partidos ficaram ao lado de Lucena. Temeu-se até que quem viesse para a vaga de Lucena no Senado fosse alguém pior do que ele — no caso Raimundo Lira, terceiro colocado na eleição de senador na Paraíba. Até a cúpula do PFL, o partido do Lira, não topou essa troca. Preferiu Lucena. E a lei não prevê uma nova eleição em situação como essa.

É impressionante como o caso Lucena se transformou no assunto mais importante e mobilizador desta semana de esforço concentrado do Congresso. O destino pessoal e político de um senador, ou de poucas dezenas de outros parlamentares, se sobrepôs aos interesses mais relevantes do governo, no caso da medida provisória que aumenta o Imposto de Renda

das empresas, ou da massa trabalhadora do país, no caso do aumento do salário mínimo para R\$ 100.

Lucena foi o centro de um verdadeiro supermercado em que se transformou o Congresso nesses últimos dois dias. Dizia-se abertamente no Congresso que, se fosse negada anistia a Lucena, o governo perderia a votação da medida provisória dos impostos. É muito rasteira essa hipótese para se acreditar que pudesse ser verdade. É inacreditável que um problema grave de caixa do Tesouro ficasse subordinado a imposição tão pequena.

Mas nada no Congresso, neste final de legislatura, tem lógica. Não se faz política ali. Fazem-se trocas baratas. E às vezes nem isso. O aumento dos salários dos parlamentares, por exemplo, foi dado antes de se discutir como o Congresso aumentará a sua eficiência.

É hipocrisia dizer que deputado e senador não precisam ganhar bem. Mas ninguém reparou que o salário novo de R\$ 8 mil é para 12 dias de trabalho por mês, pois só estão em Brasília, quando estão, três dias por semana, às terças, quartas e quintas. Assim,

os R\$ 8 mil, na verdade, representariam quase R\$ 20 mil por mês, considerando o valor de sua diária. É verdade que em suas bases os parlamentares também poderiam ser considerados em trabalho, mas esse limite é muito confuso, embora esteja bem definido pela regra que estabelece quatro meses de recesso para o Congresso.

O aumento do salário mínimo para R\$ 100, por sua vez, foi associado ao aumento dos salários dos parlamentares porque são extremos de um mesmo reino de absurdo em que vive o Congresso. A rigor, uma coisa nada tem a ver com a outra. Difundiu-se de uma hora para a outra a necessidade de aumentar o salário mínimo apenas para justificar o aumento dos deputados e senadores. O remorso dos R\$ 8 mil que se autoconcederam, após a imensa repercussão negativa captada pelo noticiário das emissoras de rádio e televisão, justificaria aumentar também o salário mínimo.

Ninguém liga, numa hora dessas, para o tamanho do rombo que, segundo o governo, a elevação do

salário mínimo nessas proporções causaria nas contas da Previdência Social. Liga-se para a própria pele, não para a crise fiscal, a crise do Estado. Segundo o governo, o aumento do mínimo provocaria um buraco duas vezes maior do que a arrecadação esperada com a medida provisória que reforça a dosagem do Imposto de Renda cobrado das empresas.

Quer seja verdade ou não, ao menos a Câmara não parou para examinar. A vinculação estreita entre Previdência e salário mínimo, ou a situação específica da Previdência, não é o assunto mais importante do momento. O importante é o proselitismo, a barganha. Não seria surpresa se o mesmo Congresso que aumentou o próprio salário e se submeteu ao desgaste de anistiar Humberto Lucena aparecesse como bonzinho para a classe trabalhadora, aprovando o aumento do salário mínimo para R\$ 100. Como ninguém tem dúvidas de que o presidente da República vetará mesmo esse projeto, que se dane o resto do mundo.

Não é a maneira mais responsável de tratar os problemas do país.